



Prefeitura Municipal de Saquarema
Processo 12519/20201
Data. 11/07/2022
Fis. 02 Rubrica: Q

Saquarema-RJ, 11 de julho de 2022

Recibo/RECURSO ADMINISTRATIVO – 11.07.2022/SAQUAREMA-RJ/SELECON

Ilmo. Sr.

SAMUEL ARANDA NETO

Presidente da Comissão Especial de Seleção

Chamamento Público nº 009/2022

Município de Saquarema-RJ

Referência: Relatório sobre o Processo de Seleção – Processo nº 20.142/2021 - Chamamento Público nº 009/2022

Prezada Senhor,

INSTITUTO SELECON, entidade sem fins econômicos, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, CNPJ nº 24.465.407/0001-52, através de seu representante, que este subscreve, devidamente constituído com instrumento de procuração, vem, por meio deste, encaminhar, tempestivamente, **RECURSO ADMINISTRATIVO**, com solicitação de esclarecimentos, informações e requerimento final de contestação ao Resultado da Seleção de propostas vinculadas ao **Chamamento Público nº 009/2022**, promovida pela **Comissão Especial de Seleção**, nomeada através da Portaria nº 383, de 26/04/2022, para julgamento vinculado ao **Processo Administrativo nº 20.142/2021**, pelos motivos que passamos a expor:

Dos Fatos:

1 – Em 04/07/2022, a Comissão Especial de Seleção supramencionada, da qual V. Sa. é o Presidente, emitiu o **Relatório sobre o Processo de Seleção vinculado ao Processo Administrativo do Município de Saquarema, de nº 20.142/2021 (anexo)**;

2- No mencionado relatório, o Instituto Nacional de Seleções e Concursos – SELECON foi julgado, “*após análise dos documentos comprobatórios apresentados pelos proponentes*” (transcrevemos os termos do doc.), **INABILITADO**”, pelo fato de a Comissão ter julgado que o mesmo “*não atende os itens 8.3.1 e 8.3.2 (parcialmente)*” (transcrevemos os termos do doc.), do edital de Chamamento Público nº 009/2022.



Das alegações de defesa para a anulação do auto de infração em tela:

3 – Em nenhum momento deixamos de cumprir os extamos termos do previsto nos itens 8.3.1 e 8.3.2 do edital de Chamamento Público em tela. Todos os documentos exigidos foram apresentados dentro de suas regularidades.

Da solicitação de esclarecimentos:

Por acreditarmos que houve equívoco na interpretação dos itens do edital publicado, solicitamos:

- a) Indique, expressamente, o que não foi cumprido pelo Instituto Selecon, em relação aos itens 8.3.1 e 8.3.2 do referido edital, e que causou, segundo a Comissão, sua INABILITAÇÃO;
- b) Que indique a(s) legislação(ões) que embasa(m) as exigências previstas nos itens 8.3.1 e 8.3.2, de forma clara e objetiva e que justifiquem a decisão da Comissão.

Do Requerimento Final:

Pelos motivos expostos acima e pelo fato de não vislumbrarmos embasamento para o ato administrativo, no edital do certame e na legislação, para a INABILITAÇÃO imputada ao Instituto Selecon, no procedimento administrativo em tela, **requeremos seja o Relatório ANULADO** e, após nova análise da Comissão, **novo relatório seja emitido e as instituições proponentes reclassificadas, levando-se em consideração o deferimento deste recurso, com a consequente HABILITAÇÃO do Instituto Selecon, por medida de justiça e direito.**

Colocando-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos, aproveitamos o ensejo para externar votos da mais alta estima e consideração por vossa pessoa.

Atenciosamente,



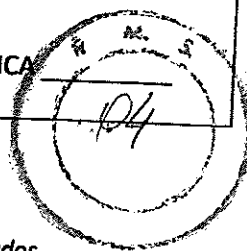
Alexander Carvalho
Diretor Institucional
Instituto Selecon

Alexander dos Santos Carvalho
CRA-RJ 20-42044
Administrador

24.465.407/0001-52
INSTITUTO NACIONAL DE SELEÇÕES
E CONCURSOS - SELECON
Rua do Senado, 229
Centro CEP 20231-005
RIO DE JANEIRO - RJ



PROCESSO Nº
FLS. _____ RUBRICA _____



Ata de Reunião da Comissão Especial de Seleção – Continuidade com entrega de resultados

Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, às 15:00 horas à Rua Segisfredo Bravo Oliveira, nº 86 – Centro – Saquarema – RJ, reuniu-se a Comissão Especial de Seleção, sob a Presidência do Senhor Samuel Aranda Neto, estando presentes os demais membros: Guilherme Vinícius e Castro Silva da Silveira, Sérgio Magno Bravo Monteiro e Márcio Santarém Nogueira, nomeados através da Portaria Nº 383 de 26 de abril de 2022, para julgamento do Processo nº 20.142/2021, Chamamento Público 009/2022, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE OU FUNDAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS (ESCRITA, PRÁTICA E DE TÍTULOS), OBJETIVANDO O PROVIMENTO DE CARGOS PÚBLICOS DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO E NÍVEL SUPERIOR, COM O FORNECIMENTO COMPLETO DE RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS, A EXECUÇÃO DE TODAS AS ATIVIDADES ENVOLVIDAS E CORRELATAS, EM ESPECIAL COM A ELABORAÇÃO, IMPRESSÃO, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DAS PROVAS, BEM COMO TODA E QUALQUER LOGÍSTICA NECESSÁRIA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ.** Em continuidade ao certame, compareceram as seguintes Instituições:

INSTITUIÇÕES	REPRESENTANTE LEGAL
INSTITUTO NACIONAL DE SELEÇÕES E CONCURSOS - SELECON	ALEXANDER DOS SANTOS CARVALHO
INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM	ANA KELLY DE JESUS NUNES
INSTITUTO NACIONAL DE CONCURSO PÚBLICO - INCP	ALEX PAES GUIMARÃES

O Presidente abriu a sessão e distribuiu cópia reprográficas da análise de documentação de habilitação, que teve como resultado a **HABILITAÇÃO** das licitantes: 1) INSTITUTO CONSULPAM CONSULTORIA PUBLICO-PRIVADA; 2) INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM e **INABILITAÇÃO** das licitantes: 3) INSTITUTO NACIONAL DE SELEÇÕES E CONCURSOS – SELECON; 4) INSTITUTO NACIONAL DE CONCURSO PÚBLICO – INCP; 5) INSTITUTO CONSULPLAN DE DESENVOLVIMENTO, PROJETOS E ASSISTENCIA SOCIAL; 6) INSTITUTO AÇÃO; 7) INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL BRASILEIRO – IDIB; 8) INSTITUTO AOCP e 9) INSTITUTO BRASILEIRO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO EXECUTIVO – IBADE. Após entrega dos resultados o presidente informou que irá sobrestar a sessão, iniciando o prazo para apresentação de memorial recursal pelas licitantes inabilitadas credenciadas no certame.



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Administração, Receita e Tributação
Comissão Especial de Seleção



PREFEITURA
SAQUAREMA
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº
FLS. _____ RUBRICA _____

Verificou-se a existência de um erro material na ata do certame do dia 29/06/2022 (vinte e nove de junho de dois mil e vinte e dois), por isso, onde se lia: "03) INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM, canto inferior direito de 000000 a 000057;", leia-se: 03) INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM, canto inferior direito de 000000 a 000257; Não havendo mais a acrescentar foi encerrada a sessão às 15:22 horas, da qual eu Guilherme Vinícius e Castro Silva da Silveira, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pela comissão de seleção e pelos licitantes presentes.


Samuel Aranda Neto
Presidente


Guilherme Vinícius e Castro Silva da Silveira


Sérgio Magno Bravo Monteiro

Márcio Santarém Nogueira

INSTITUIÇÕES:

INSTITUTO NACIONAL DE SELEÇÕES E CONCURSOS - SELECON 

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM 

INSTITUTO NACIONAL DE CONCURSO PÚBLICO - INCP 



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA
COMISSÃO DE SELEÇÃO RESPONSÁVEL PELA SELEÇÃO DAS PROPOSTAS
APRESENTADAS POR MEIO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 009/2022, NO
ÂMBITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20.142/2021
PORTARIA Nº 383, DE 26 DE ABRIL DE 2022



PREFEITURA
SAQUAREMA
TRABALHO E RESPEITO



RELATÓRIO SOBRE O PROCESSO DE SELEÇÃO

1. DA INTRODUÇÃO

Trata-se da seleção por meio do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 009/2022, reuniu-se a Comissão Especial de Seleção, sob a Presidência do Senhor Samuel Aranda Neto e demais membros: Guilherme Vinícius e Castro Silva da Silveira, Sérgio Magno Bravo Monteiro e Márcio Santarém Nogueira, nomeados através da Portaria Nº 383 de 26 de abril de 2022, para julgamento do Processo nº 20.142/2021, Chamamento Público 009/2022, que visa a seleção de propostas apresentadas por entidades e/ou fundações para a prestação de serviços técnicos especializados de planejamento, organização e realização de Concurso Público de provas (escrita, prática e de títulos), objetivando o provimento de cargos públicos de Nível Médio/Técnico e Nível Superior, para a Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Saquarema.

2. DO ESCOPO DA SELEÇÃO

O escopo desta seleção englobou os documentos comprobatórios exigidos no Edital de Chamamento Público nº 009/2022, limitando-se estritamente aos requisitos mínimos exigidos, em que se verificou o teor e a existência de tais documentos.

3. DAS PROPONENTES QUE APRESENTARAM PROPOSTAS

#	CNPJ	PROPONENTE
1	24.465.407/0001-52	INSTITUTO NACIONAL DE SELEÇÕES E CONCURSOS - SELECON
2	08.381.236/0001-27	INSTITUTO CONSULPAM CONSULTORIA PUBLICO-PRIVADA
3	33.645.482/0001-96	INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM
4	04.647.563/0001-27	INSTITUTO NACIONAL DE CONCURSO PÚBLICO
5	31.922.353/0001-72	INSTITUTO CONSULPLAN DE DESENVOLVIMENTO, PROJETOS E ASSISTENCIA SOCIAL



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA
COMISSÃO DE SELEÇÃO RESPONSÁVEL PELA SELEÇÃO DAS PROPOSTAS
APRESENTADAS POR MEIO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 009/2022, NO
ÂMBITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20.142/2021
PORTARIA Nº 383, DE 26 DE ABRIL DE 2022



6	14.139.326/0001-09	INSTITUTO AÇÃO
7	22.513.518/0001-61	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL BRASILEIRO - IDIB
8	12.667.012/0001-53	INSTITUTO AOC
9	23.985.753/0001-07	INSTITUTO BRASILEIRO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO EXECUTIVO - IBADE

4. DA CONCLUSÃO

Após análise dos documentos comprobatórios apresentados pelas proponentes, quanto ao atendimento dos requisitos mínimos exigidos no Edital de Chamamento Público nº 009/2022, foram **HABILITADAS** as seguintes instituições:

CNPJ	PROONENTE
33.645.482/0001-96	INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM
08.382.236/0001-27	INSTITUTO CONSULPAM CONSULTORIA PUBLICO-PRIVADA

Por fim, foram **INABILITADAS** as instituições abaixo, conforme itens do referido Edital.

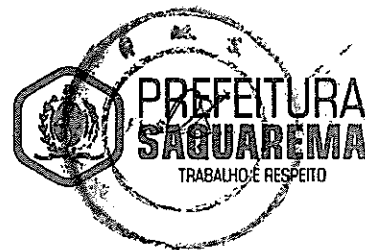
CNPJ	PROONENTE
24.465.407/0001-52	INSTITUTO NACIONAL DE SELEÇÕES E CONCURSOS - SELECON
04.647.563/0001-27	INSTITUTO NACIONAL DE CONCURSO PÚBLICO
31.922.353/0001-72	INSTITUTO CONSULPLAN DE DESENVOLVIMENTO, PROJETOS E ASSISTENCIA SOCIAL
14.139.326/0001-09	INSTITUTO AÇÃO
22.513.518/0001-61	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL BRASILEIRO - IDIB
12.667.012/0001-53	INSTITUTO AOC
23.985.753/0001-07	INSTITUTO BRASILEIRO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO EXECUTIVO - IBADE

Considerações:

INSTITUTO NACIONAL DE SELEÇÕES E CONCURSOS - SELECON, não atende os itens: 8.3.1 e 8.3.2 (parcialmente). **INSTITUTO NACIONAL DE CONCURSO PÚBLICO**, não atendeu na íntegra o item: 8.3.2,




ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA
COMISSÃO DE SELEÇÃO RESPONSÁVEL PELA SELEÇÃO DAS PROPOSTAS
APRESENTADAS POR MEIO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 009/2022. NO
ÂMBITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20.142/2021
PORTARIA Nº 383. DE 26 DE ABRIL DE 2022



INSTITUTO CONSULPLAN DE DESENVOLVIMENTO, PROJETOS E ASSISTENCIA SOCIAL, não atendeu os itens: 8.2.3 e 8.3.1. **INSTITUTO AÇÃO**, não atendeu aos itens: 8.2.3, 8.3.1, 8.4.1A, 8.4.1B (alínea b1 a b6), 8.4.2B (alínea b2 e alínea d1 a d9). **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL BRASILEIRO - IDIB**, não atendeu aos itens: 8.2.3, 8.2.4, 8.3.1, 8.3.2 e 8.4.2D (alíneas d1 a d9). **INSTITUTO AOCP**, não atendeu aos itens: 8.2.3 e 8.3.2. **INSTITUTO BRASILEIRO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO EXECUTIVO - IBADE**, não atendeu aos itens: 8.3.1, 8.3.2 e 8.4.2D (alíneas d2 a d9).

Saquarema, 04 de julho de 2022.


Samuel Aranda Neto
PRESIDENTE
Matrícula 958667


Guilherme Vinicius e Castro Silva da Silveira
MEMBRO
Matrícula 8109

Márcio Santarem Nogueira
MEMBRO
Matrícula 8075


Sergio Magno Brayo Monteiro
MEMBRO
Matrícula 961081



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Saquarema
Comissão Especial de Seleção



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

Processo nº _____
RUBRICA _____ FLS. _____

ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO DE RECURSO Nº: 12.519/2022

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 009/2022

PROCESSO DE ORIGEM: 20.142/2021

RECORRENTE: INSTITUTO NACIONAL DE SELEÇÕES E CONCURSOS - SELECON (CNPJ
24.465.407/0001-52)

Trata-se do certame Chamamento Público nº 009/2022, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE OU FUNDAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS (ESCRITA, PRÁTICA E DE TÍTULOS), OBJETIVANDO O PROVIMENTO DE CARGOS PÚBLICOS DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO E NÍVEL SUPERIOR, COM O FORNECIMENTO COMPLETO DE RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS, A EXECUÇÃO DE TODAS AS ATIVIDADES ENVOLVIDAS E CORRELATAS, EM ESPECIAL COM A ELABORAÇÃO, IMPRESSÃO, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DAS PROVAS, BEM COMO TODA E QUALQUER LOGÍSTICA NECESSÁRIA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ, em atendimento à Secretaria Municipal de Administração, Receita e Tributação, conforme especificações contidas no Processo Administrativo nº 20.142/2021.

A sessão pública de abertura do Certame ocorreu no dia 29 de junho de 2022, com início às 10:00 horas, conforme especificações previstas no ato convocatório, com sua continuidade e resultado de habilitação em 04 de julho de 2022 com a distribuição de cópias reprográficas da análise de julgamento que inabilitou a instituição **INSTITUTO NACIONAL DE SELEÇÕES E CONCURSOS - SELECON**, ora recorrente, abrindo prazo legal de apresentação de peça recursal.

I. DA TEMPESTIVIDADE

Ainda na sessão pública do dia 04/07/2022 todas as licitantes presentes foram informadas dos prazos estabelecidos de 05 (cinco) dias úteis para apresentação das razões do recurso. O **INSTITUTO NACIONAL DE SELEÇÕES E CONCURSOS - SELECON**, ora recorrente, protocolou, tempestivamente, o memorial das razões do Recurso Administrativo, sob número de processo 12.519/2022 no dia 11/07/2022.



Processo nº _____
RUBRICA _____ FLS. _____

II. DA ANÁLISE DE MÉRITO DO RECURSO

Antes de darmos prosseguimento à análise do pleito, cabe frisar que conforme definido no Art. 3º da Lei 8.666/93, que regulamenta os atos licitatórios, estabelece que A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Informo que na análise do mérito do presente recurso apresentado, temos que o cerne da questão é a reconsideração da decisão de INABILITAÇÃO da instituição recorrente **INSTITUTO NACIONAL DE SELEÇÕES E CONCURSOS – SELECON**.

III. DA FUNDAMENTAÇÃO DE ANÁLISE

1. Da ausência de representatividade em peça recursal:

De acordo com o Art. 75º, inciso VIII do novo CPC, *in verbis*:

“Art. 75. Serão representados em juízo, ativa e passivamente:

[...]

VIII - a pessoa jurídica, por quem os respectivos atos constitutivos designarem ou, não havendo essa designação, por seus diretores;”

Verifica-se que não foi juntado aos autos da recorrente nenhum documento que prove legalmente sua representatividade, considerando que ausente documento que a pessoa que assinou a petição de memorial recursal, encontra-se habilitada legalmente para manifestação perante a instituição **INSTITUTO NACIONAL DE SELEÇÕES E CONCURSOS – SELECON**, conforme Art. 75º, inciso VIII do novo CPC, razão que não merece prover nem conhecimento do recurso interposto, haja visto, ainda, que o recurso foi assinado por diretor não juntando aos autos comprovação de nomeação, e também, friso que não foi juntado documento de identificação do outorgado, impossibilitando o reconhecimento legal e autêntico.

Certos atos e peças jurídicas exigem sua formalidade para garantia de seu reconhecimento e sobretudo, a segurança jurídica para a formalização dos negócios. Sendo o formalismo contratual, o feito para garantia de seus princípios, entre eles, o princípio da segurança jurídica, onde faz-se



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Saquarema
Comissão Especial de Seleção



PREFEITURA
SAQUAREMA
TRABALHO E RESPEITO

Processo nº _____
RUBRICA _____ FLS. _____

necessário a verificação de que a assinatura ali contida seja fidedigna, sendo necessário para tanto, no caso em tela, confirmação de sua autenticidade.

2. Do cumprimento do princípio da legalidade:

Ainda, de forma a garantir a legalidade dos atos, por deliberalidade analiso a solicitação da recorrente, que alega e requer:

- a) *"Em nenhum momento deixamos de cumprir os extamos termos do previsto nos itens 8.3.1 e 8.3.2 do edital de Chamamento Público em tela. Todos os documentos exigidos foram apresentados dentro de suas regularidades.";*
- b) *"Indique, expressamente, o que não foi cumprido pelo Instituto Selecon, em relação aos itens 8.3.1 e 8.3.2 do referido edital, e que causou, segundo a comissão, sua INABILITAÇÃO;"*
- c) *"Que indique a(s) legislação(ões) que emabasa(m) as exigências previstas nos itens 8.3.1 e 8.3.2, de forma clara e objetiva e que justifiquem a decisão da comissão."*

1. Em referência a alegações a) e b):

Transcrevo, de forma integral os referidos itens e seus respectivos subitens, *verbis*:

"8.3.1 Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

*8.3.1.1 **O proponente sediado em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pela autoridade judiciária de sua comarca, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro** que controlam a distribuição de falência ou concordatas, ou a **Certidão dos Cartórios da Comarca para fins de Licitação Pública**, exceto se a empresa estiver sediada no Município de Saquarema."*(grifei)

*"8.3.2. Apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, **já exigíveis e apresentados na forma da lei**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por*



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Saquarema
Comissão Especial de Seleção



PREFEITURA
SAQUAREMA
TRABALHO E RESPEITO

Processo nº _____
RUBRICA _____ FLS. _____

índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

8.3.2.1 Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

*a) O terceiro setor é composto basicamente pelas entidades beneficentes, entidades sem fins lucrativos e organizações não governamentais. **Por conta de suas finalidades, essas entidades devem observar os critérios contábeis específicos estabelecidos pela ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC***

***1.409, de 2012.** 8.10.1. Apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.*

b) As demonstrações contábeis que devem ser elaboradas são: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, conforme previsto na NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável.

c) As empresas optantes ou submetidas ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) apresentarão o balanço patrimonial na forma da lei e das Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil, que tratam de Escrituração Contábil Digital (ECD), sendo que a autenticação do balanço patrimonial em formato digital será comprovada por meio do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), quando do envio da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do §1º do art. 78-A do Decreto Federal nº 1.800/96, incluído pelo Decreto Federal nº 8.638/16, e art. 2º do Decreto Federal nº 9.555/18.

d) Todos os demonstrativos contábeis deverão estar assinados pelo representante legal da empresa e contabilista responsável, ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, juntando-se a certidão de regularidade do profissional e cópia do CRC;

e) Se, após a data do levantamento dos demonstrativos contábeis, tiver havido modificações contratuais que importem na alteração do patrimônio líquido, representado pelo aumento do capital social com recursos não existentes no patrimônio líquido na data do último balanço patrimonial, será esta considerada, desde que homologada pela junta comercial e acompanhada das peças contábeis que reflitam essa alteração;"



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Saquarema
Comissão Especial de Seleção



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

Processo nº _____
RUBRICA _____ FLS. _____

Em análise acurada à documentação da recorrente, verifica-se que a mesma apresentou documentação referente ao item 8.3.1 por meio de certidões de falência e concordata expedidas por Cartórios Distribuidores, estando ausente documentação referente ao subitem 8.3.1.1. “declaração passada pela autoridade judiciária de sua comarca, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falência ou concordatas”, portanto, o relatório cita que cumpriu de forma parcial o item 8.3.1 do instrumento convocatório, considerando o descumprimento do subitem 8.3.1.1, visto que a licitante possui sede em outra comarca.

Em análise ao cumprimento do item 8.3.2, a licitante apresentou suas demonstrações contábeis de forma díspar no estabelecido na legislação que regulamenta as escriturações contábeis de instituições sem fins lucrativos. Junto aos autos, encontram-se apenas o balanço patrimonial e demonstrações de resultado do exercício, registrados no cartório de Registro Cível de Pessoas Jurídicas.

Destaco ainda, que o termo de abertura e encerramento apresentado pela licitante, trata-se de documento emitido pelo Sistema público de Escrituração Digital – Sped, documento este, diverso do registrado no cartório cível de registro de pessoas jurídicas, tratando-se de duas documentações díspares e incompletas apresentadas pela recorrente.

2. Em referência a alegação c):

Para o item 8.3.1.: Encontra-se amparada na própria Lei Geral de Licitações e Contratos (8.666/93) em seu Art. 31, inc. II, *verbis*:

“Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

[...]

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;”

Considerando, as diversas legislações que regem as comarcas jurídicas de cada ente e regulamentam quais serão os cartórios que farão os registros de distribuição, se faz necessário a solicitação de documento hábil e válido que irá atestar o número de cartórios do domicílio sede da licitante, podendo ser mais de um, dependendo da regulamentação local.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Saquarema
Comissão Especial de Seleção



PREFEITURA
SAQUAREMA
TRABALHO E RESPEITO

Processo nº _____
RUBRICA _____ FLS. _____

Para o item 8.3.2.: O amparo legal se encontra no Art. 31, inc. I da Lei 8.666/93,
verbis:

“Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

*I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, **já exigíveis e apresentados na forma da lei**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;”(grifei)*

Ocorre que a Lei 8.666/93, não transcreve a forma legal de das demonstrações contábeis, para que sejam apresentadas “na forma da lei” como é transcrita na legislação, atribuição esta do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que possui suas próprias normativas.

O certame em epígrafe se trata de seleção de entidades sem fins lucrativos, onde as demonstrações contábeis deverão ser demonstradas em consoante à ITG 2002 (R1), que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros, ainda, como definido no próprio instrumento convocatório em seu item 8.3.2 e subitens, *verbis*:

“a) O terceiro setor é composto basicamente pelas entidades beneficentes, entidades sem fins lucrativos e organizações não governamentais. Por conta de suas finalidades, essas entidades devem observar os critérios contábeis específicos estabelecidos pela ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409, de 2012....”

E c/c ao demonstrado no ITG 2002 (R1), itens 22 a 25:

“Demonstrações contábeis

22. As demonstrações contábeis, que devem ser elaboradas pela entidade sem finalidade de lucros, são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, conforme previsto na NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável.

23. No Balanço Patrimonial, a denominação da conta Capital deve ser substituída por Patrimônio Social, integrante do grupo Patrimônio Líquido. No Balanço Patrimonial e nas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, as palavras lucro ou prejuízo devem ser substituídas por superávit ou déficit do período.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Saquarema
Comissão Especial de Seleção



Processo nº _____
RUBRICA _____ FLS. _____

24. Na Demonstração do Resultado do Período, devem ser destacadas as informações de gratuidade concedidas e serviços voluntários obtidos, e divulgadas em notas explicativas por tipo de atividade.

25. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, as doações devem ser classificadas nos fluxos das atividades operacionais.”

Mediante ao exposto, não restam incertezas ou ambiguidades que o instrumento convocatório foi elaborado seguindo o princípio da legalidade e o julgamento que inabilitou a licitante **INSTITUTO NACIONAL DE SELEÇÕES E CONCURSOS – SELECON** se realizou de forma objetiva, seguindo os critérios do edital.

Por fim, verifica-se que não houve questionamentos ou pedido de impugnação do presente edital impetrados pela ora recorrente, nem por outra licitante que citasse o referido item do edital, portanto o edital passa a ser soberano e julgado de acordo com suas cláusulas garantindo o cumprimento dos princípios da isonomia e de julgamento objetivo dos autos.

Enfatizando, que conforme prevê a redação do Art. 41º da Lei 8.666/93 *in verbis*:

“A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.

E ainda, conforme estabelecido na Lei 8.666/93, em seu artigo 43º § 3º, fica vedada a inclusão de qualquer documento aos autos que possa ferir os princípios de tratamento isonômico e competitividade entre os licitantes:

“§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.”(grifei)

IV. DA CONCLUSÃO DA ANÁLISE

Por todo o exposto e prestados os esclarecimentos solicitados, opino pelo **DESPROVIMENTO** do recurso apresentado, destacando pela ausência de representatividade para validade de sua natureza formal e reitero que não foram encontrados elementos que confirmem a autenticidade da petição apresentada.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Saquarema
Comissão Especial de Seleção



PREFEITURA
SAQUAREMA
TRABALHO E RESPEITO

Processo nº _____
RUBRICA _____ FLS. _____

V. DA DECISÃO E JULGAMENTO

Encaminho esta análise, para julgamento pela Comissão Especial de Seleção, sobretudo às vistas do Sr. Presidente, por não restar dúvidas da conformidade e regularidade da sessão pública realizada, observadas todas as formalidades dos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, sugerindo pela **IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO** apresentado pela recorrente por todas as razões supracitadas em conformidade ao ordenamento jurídico apresentado.

Ainda, Ainda, em atenção ao art. 109º, §4º da Lei 8.666/93, sugiro que, após decisão, faça subir à decisão superior da Autoridade Competente.

Saquarema, 12 de julho de 2022.

GUILHERME CASTRO
Matrícula 8109-1
Membro
portaria Nº 383 de 26 de abril de 2022

Guilherme V. e Castro
Diretor Adjunto de Licitação
Mat. 8109



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Saquarema
Comissão Especial de Seleção



Processo nº _____
RUBRICA _____ FLS. _____

DECISÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO

- 1- Subscrevemos à análise de recurso, declaramos anuência e decidimos pelo **DESCONHECIMENTO** e **DESPROVIMENTO** do memorial recursal, considerando ausência de seus elementos de representatividade e os fundamentos da análise do servidor membro da comissão;
- 2- Mantemos a decisão de **INABILITAR** a empresa **INSTITUTO NACIONAL DE SELEÇÕES E CONCURSOS - SELECON**.
- 3- Encaminhamos os autos à Autoridade Competente para decisão final.

Saquarema, 12 de julho de 2022

SAMUEL ARANDA NETO

Presidente

portaria Nº 383 de 26 de abril de 2022

MÁRCIO SANTARÉM NOGUEIRA

Membro

portaria Nº 383 de 26 de abril de 2022

SÉRGIO MAGNO BRAVO MONTEIRO

Membro

portaria Nº 383 de 26 de abril de 2022